

ANO I - EDIÇÃO Nº 4 - **DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO**: Palmas, Segunda-Feira, 14 de março de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA DG Nº 027/2016

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido junto à 1ª Procuradoria de Justiça, conforme solicitação expressa no requerimento protocolado sob nº 07010122812201619, em 09 de março de 2016, da lavra da Exma. Procuradora de Justiça, Dra. Elaine Marciano Pires, em substituição automática, anexo.

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias da servidora Wannessa Brasil Gomes Santana, referentes ao período aquisitivo 2013/2014, marcadas anteriormente de 29/02/2016 a 11/03/2016, assegurando o direito de usufruto dos 12 (doze) dias em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 10 de março de 2016.

Uililton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

PORTARIA DG Nº 028/2016

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido junto ao Departamento de Planejamento e Gestão, conforme solicitação expressa no requerimento protocolado sob o nº 07010122842201617, em 10 de março de 2016, da lavra do Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão, Sr. Marcos Conceição da Silva, em anexo.

RESOLVE:

Art. 1º. Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, o usufruto do recesso natalino de 2015/2016 do servidor, João da Silva Macedo, a partir de 10/03/2016, marcado anteriormente de 22/02/2016 à 10/03/2016, assegurando o direito de usufruto do 01 (um) dia restante em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 10 de março de 2016.

Uililton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

PORTARIA DG Nº 029/2016

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço desenvolvido junto à Subprocuradoria-Geral de Justiça, conforme solicitação expressa no requerimento protocolado sob nº 07010122853201613, em 10 de março de 2016, da lavra da Exmo. Subprocurador-Geral de Justiça, Dr. José Omar de Almeida Júnior, anexo.

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias da servidora Alice Macedo Cordeiro, referentes ao período aquisitivo 2013/2014, marcadas anteriormente de 07/03/2016 a 26/03/2016, assegurando o direito de usufruto dos 20 (vinte) dias em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 10 de março de 2016.

Uililton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

EXTRATO DA ATA DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Data: 1º de fevereiro de 2016.

Horário de início: 14h20min.

Deliberações:

- 1 – Apreciação da Ata da 96ª Sessão Ordinária. Deliberação: ata aprovada à unanimidade;
- 2 – Memo nº 682/2015. Interessado: Dr. Alcir Raineri Filho, Ouvidor do Ministério Público. Assunto: Procedimento nº 720/2015, referente a sugestões de melhorias a possibilitar a atuação mais eficiente do Ministério Público na Comarca de Porto Nacional. Deliberação: à unanimidade, pelo retorno da matéria ao órgão de origem, para análise;
- 3 – Proposta de alteração do artigo 20, da Lei Complementar nº 51/2008, no sentido de incluir como competência deste Colegiado o julgamento de recurso contra decisão do Conselho Superior do

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
1ª Procuradoria de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
2ª Procuradoria de Justiça
Corregedor-Geral do MPE

RICARDO VICENTE DA SILVA
3ª Procuradoria de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
4ª Procuradoria de Justiça
Ouvidor do MPE

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
5ª Procuradoria de Justiça
Subprocurador-Geral de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
6ª Procuradoria de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
7ª Procuradoria de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
8ª Procuradoria de Justiça
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
9ª Procuradoria de Justiça
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
10ª Procuradoria de Justiça
Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf)

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
11ª Procuradoria de Justiça

ELAINE MARCIANO PIRES
12ª Procuradoria de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

Ministério Público proferida em concurso de promoção ou remoção pelo critério de antiguidade ou merecimento. Proponente: Dr. Marco Antonio Alves Bezerra. Votação: proposta acolhida à unanimidade. Julgamento de feito:

1 – Autos CPJ nº 012/2015. Relatoria: Comissão de Assuntos Institucionais – com vista ao Dr. José Omar de Almeida Júnior. Interessado: Dr. João Rodrigues Filho, Corregedor-Geral. Assunto: Sugestões de alterações da Lei Orgânica do Ministério Público. Voto-vista, especificamente no tocante ao item 2 das sugestões, que trata do artigo 148 da Lei Complementar nº 51/2008: "(...) pela inclusão de parágrafo único ao referido artigo, no sentido de que caberá ao Procurador-Geral de Justiça decidir sobre a necessidade ou não de inspeção, pela Junta Médica Oficial, nos casos de licença para tratamento de saúde por prazo inferior a 30 (trinta) dias". Votação: a proposta do Dr. José Omar restou acolhida por maioria. Horário de Encerramento: 16h40min.

Obs.: A ata desta sessão encontra-se disponível, integralmente, na página do Colégio de Procuradores, no site institucional.

Elaine Marciano Pires
Secretária do CPJ

EXTRATO DA ATA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE DE PROMOTORES DE JUSTIÇA SUBSTITUTOS APROVADOS NO IX CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

Data: 9 de dezembro de 2015.

Horário de Início: 17h40min.

Empossandos: Drs. Juliana da Hora Almeida, Gustavo Schult Júnior, Rogério Rodrigo Ferreira Mota, Pedro Jainer Passos Clarindo da Silva e Luma Gomides de Souza.

Procedimentos:

1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro;
2 – Os empossandos prestaram o juramento legal, comprometendo-se a "desempenhar com retidão os deveres do cargo e cumprir as Constituições e as Leis";

3 – Leitura, pela Secretária do Colegiado, dos Termos de Posse dos Drs. Juliana da Hora Almeida, Gustavo Schult Júnior, Rogério Rodrigo Ferreira Mota, Pedro Jainer Passos Clarindo da Silva e Luma Gomides de Souza ao cargo de Promotor de Justiça Substituto, aprovados no IX Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado do Tocantins;

3 – Assinatura dos respectivos Termos de Posse; e
4 – Entrega das carteiras funcionais, pelo Presidente da ATMP.

Discursos:

1 – Dr. Pedro Jainer, em nome dos empossandos;
2 – Membros do Colégio de Procuradores de Justiça;
3 – Dr. César Roberto Simoni de Freitas, Secretário de Estado da Segurança Pública;
4 – Desembargador Ronaldo Eurípedes, Presidente do Tribunal de Justiça;
5 – Dr. Álvaro Lotufo Manzano, Procurador-Chefe da República no Estado do Tocantins;
6 – Deputada Luana Ribeiro, Vice-Presidente da Assembleia Legislativa;
7 – Dr. Luciano Cesar Casaroti, Presidente da ATMP; e
8 – Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira, Presidente.

Horário de Encerramento: 19h.

Obs.: A ata dessa sessão encontra-se disponível, integralmente, na página do Colégio de Procuradores de Justiça, no site institucional.

Elaine Marciano Pires
Secretária

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 126/2016, oriundos da 8ª

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP

Promotoria de Justiça de Gurupi, contendo Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº. 32/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar eventual ilegalidade de ato da autoridade policial de Gurupi (3ª Delegacia de Polícia de Gurupi), consistente em inércia no andamento de registros de sistemas, de Termo Circunstanciado de Ocorrência lavrado em 1º de maio de 2015, sob assertiva de que o sistema estaria fora do ar, mas segundo informações do Juizado Especial Criminal, este estaria funcionando normalmente. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 15 de fevereiro de 2016.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 127/2016, oriundos da 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº. 03/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar irregularidades quanto à criação de suínos no povoado do Ribeirão Grande, sem condições de higiene. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 15 de fevereiro de 2016.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 128/2016, oriundos da 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº. 01/2011, instaurado no ano de 2011, visando apurar denúncia de supostos atos de improbidade administrativa cometidos por ex-Prefeito do Município de Palmeiras do Tocantins. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 15 de fevereiro de 2016.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 129/2016, oriundos da 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº. 05/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar suposta falta de material clínico no consultório odontológico municipal de Fortaleza do Tabocão. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse

que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 15 de fevereiro de 2016.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 130/2016, oriundos da Promotoria de Justiça de Miranorte, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº. 07/2008, instaurado no ano de 2008, visando apurar possíveis irregularidades na aplicação pelo Município de Dois Irmãos do Tocantins de recursos oriundos do extinto Ministério do Bem Estar Público Social, Convênio nº. 45/1994. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 15 de fevereiro de 2016.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 131/2016, oriundos da Promotoria de Justiça de Miranorte, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº. 25/2013, instaurado no ano de 2013, visando apurar o cumprimento de exigência legal consistente na adesão por parte dos Municípios de Miranorte e Rio dos Bois ao Programa Requalifica, do Governo Federal. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 15 de fevereiro de 2016.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 132/2016, oriundos da 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína, contendo Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº. 171/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar suposta omissão do Poder Público em fiscalizar e monitorar água utilizada em estabelecimentos comerciais de Araguaína. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados

na Secretaria do Conselho.

Palmas, 15 de fevereiro de 2016.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 133/2016, oriundos da 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína, contendo Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 03/2014, instaurado no ano de 2014, visando apurar supostas irregularidades na oferta de curso pela Escola Residencial de Saúde e Colégio Unipositivo, sem a devida autorização do Conselho Estadual de Educação do Tocantins. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 15 de fevereiro de 2016.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 134/2016, oriundos da 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína, contendo Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº. 08/2014, instaurado no ano de 2014, visando apurar suposta irregularidade, poluição sonora e do ar provocados pela empresa "Fortal Mármore e Pisos LTDA", em Araguaína. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 15 de fevereiro de 2016.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 135/2016, oriundos da 3ª Promotoria de Justiça de Araguaína, contendo Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº. 08/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar suposta prática de abuso de autoridade por parte de policiais militares lotados no 2º BPM. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 15 de fevereiro de 2016.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 136/2016, oriundos da 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína, contendo Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº. 190/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar possível irregularidade da profissão, em desrespeito à Lei 9.696/1998, expondo a risco a saúde pública. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 15 de fevereiro de 2016.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 137/2016, oriundos da Promotoria de Justiça de Miranorte, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº. 08/2008-C, instaurado no ano de 2008, visando apurar falhas no cumprimento da prestação de serviço de atenção básica a saúde do Município de Dois Irmãos. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 15 de fevereiro de 2016.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 138/2016, oriundos da 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí, contendo Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº. 08/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar suposta promoção pessoal em publicidade realizada pelo Município e Guaraí. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 15 de fevereiro de 2016.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 139/2016, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis, contendo Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº. 363/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar situação de adolescente com infrequência

escolar, que durante a noite frequenta bares e ingere bebida alcoólica. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 15 de fevereiro de 2016.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior, dá ciência a quem possa interessar que constam os Autos CSMP nº. 140/2016, oriundos da 2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis, contendo Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº. 203/2015, instaurado no ano de 2015, visando apurar a não prestação de informações ao sistema SIOPE, referente ao exercício 2013 do Município de Dianópolis. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 15 de fevereiro de 2016.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 001/2016.

FUNDAMENTOS: Art. 9º, caput, 10º, VIII, 11º, caput, da Lei 8.429/92. ORIGEM: Autos nº 2016.3.29.09.0007

FATO(S) EM APURAÇÃO: Averiguar a existência de eventual ato de improbidade administrativa praticado pelos investigados, tipificado nos art. 9º, caput, art. 10, VIII, 11, caput, todos da Lei nº 8.429/92, decorrente de possível fraude no processo licitatório de prestação de serviços com objetivo de realizar "aquisição de academias ao ar livre de inox" para ser instalada no Parque Cesamar, no valor total de R\$ 165.000,10 (cento e sessenta e cinco mil reais e dez centavos).

INVESTIGADO(S): empresa Magazine Inox Indústria e Comércio Ltda – ME e servidores públicos do Município de Palmas.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 29 de fevereiro de 2016.

EDSON AZAMBUJA
Promotor de Justiça

6ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE GURUPI-TO

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 42/2015 em Inquérito Civil Público nº 42/2015, a fim de que qualquer interessado, durante

a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA Nº. 10/2016

INVESTIGANTE: Marcelo Lima Nunes - 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 051/2008.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 42/2015 – 6ª PJG

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público; Serviços; Saúde; Hospitais e Outras Unidades de Saúde.

FATO EM APURAÇÃO: Ausência de enfermeiro durante todo o período de 24 hs, no Pronto Atendimento de Cariri do Tocantins, em descumprimento à Lei Federal nº 7489/86.

REPRESENTANTE: Conselho Regional de Enfermagem do Tocantins

REPRESENTADO: Município de Cariri do Tocantins

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Gurupi-TO, 24 de fevereiro de 2016

PRAZO PARA FINALIZAÇÃO: 23 de fevereiro de 2017,

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO - TO

002/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 0005/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira- Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 002/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar irregularidades em procedimentos licitatórios na área da Saúde municipal.

INVESTIGADO: Prefeito de Abreulândia/TO, Elieze Venâncio da Silva.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins, 10 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 003/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 004/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira- Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 002/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar irregularidades em procedimentos licitatórios na área da Saúde municipal.

INVESTIGADO: Prefeita de Pugmil/TO, Arlene Martins Sousa.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins, 10 de fevereiro de 2016.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE
INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 004/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 004/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira- Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 045/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de aparente proibição de prescrição de atestado médico a servidores públicos de Marianópolis/TO.

INVESTIGADO: Prefeito e Secretário de Saúde de Marianópolis/TO.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins, 10 de fevereiro de 2016.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE
INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 005/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 005/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira- Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 004/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar irregularidades na comercialização de GLP no município de Pugmil/TO, praticadas pela empresa Supergás Brás.

INVESTIGADO: Supergás Brás.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins, 10 de fevereiro de 2016.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE
INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 006/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 006/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira- Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 042/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar a legalidade e o excesso de cargos públicos comissionados no quadro da Câmara de Vereadores de Paraíso/TO.

INVESTIGADO: Câmara Municipal de Vereadores de Paraíso/TO.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins, 10 de fevereiro de 2016.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE
INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 007/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 007/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira- Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 052/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar a irregularidade de publicação de gastos no portal da transparência pela Prefeitura de Paraíso/TO.

INVESTIGADO: Prefeito de Abreulândia/TO, Elieze Venâncio da Silva.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins, 10 de fevereiro de 2016.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE
INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 008/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 008/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira - Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 033/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar a irregularidade na nomeação de servidora para o cargo comissionado, o qual não exerce suas atividades de fato.

INVESTIGADO: Maria de Jesus Mendes de Araújo.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins, 10 de fevereiro de 2016.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE
INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 009/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 009/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira - Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 013/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar irregularidades irregularidade funcional no colégio Estadual São Pedro de Abreulândia/TO.

INVESTIGADO: Ednaura Alves Costa e Maico Costa Alves.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins, 10 de fevereiro de 2016.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO
CIVIL PÚBLICO Nº 010/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou

subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 010/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira - Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 074/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar a negativa do poder público em atender solicitação de cirurgia ortopédica.

INVESTIGADO: Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins/TO, 10 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 011/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 011/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira - Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 036/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar violação aos direitos das pessoas com deficiência ao transporte público coletivo.

INVESTIGADO: Empresas de transporte coletivo Tocantinense e Vereda.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins/TO, 10 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 012/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 012/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira - Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 090/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar suposto desrespeito ao Plano Diretor Municipal de Paraíso/TO, bem como inépcia do poder público municipal na efetiva retirada dos ambulantes em situação irregular.

INVESTIGADO: Vendedores ambulantes e Município de Paraíso/TO.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins/TO, 10 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 013/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 013/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira - Promotora de

Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 041/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar suposta prática de nepotismo na administração da Escola Estadual São Pedro, em Abreulândia/TO.

INVESTIGADO: Edna Narciso Moura Machado.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins/TO, 10 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 014/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 014/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira - Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 039/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar irregularidades na contratação de empresa para execução de atividades fins por parte da Prefeitura de Paraíso/TO.

INVESTIGADO: Município de Paraíso/TO.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins/TO, 10 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 015/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 015/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira - Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 093/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar a negativa do poder público em atender solicitação de fornecimento de medicamento.

INVESTIGADO: Secretário Municipal de Saúde de Paraíso/TO e Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins/TO, 10 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 016/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 016/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira - Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 140/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar a existência e extensão de danos causados por poluição ambiental pela empresa Cerâmica Vitória, em Divinópolis/TO.

INVESTIGADO: Cerâmica Vitória.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins/TO, 10 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 017/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 017/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira - Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 121/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar a negativa por parte do poder público municipal de Paraíso/TO em fornecer cadeiras de rodas a pessoas com deficiência.

INVESTIGADO: Secretaria Municipal de Assistência Social de Paraíso/TO.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins/TO, 10 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 018/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 018/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira - Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 114/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar a negativa por parte do poder público em fornecer medicamento.

INVESTIGADO: Secretaria Municipal de Saúde de Paraíso/TO.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins/TO, 10 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 019/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 019/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira - Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 011/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar a falta de médicos plantonistas no Hospital Regional de Paraíso/TO.

INVESTIGADO: Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins/TO, 10 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 020/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 020/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira - Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 094/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar irregularidades cometidas à Oficiala do Cartório de Registro Civil de Paraíso/TO, em processos de habilitação de casamento.

INVESTIGADO: Tabelã do Cartório de Registro Civil de Paraíso/TO, Emília Acácio Luz.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins/TO, 10 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 021/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 021/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira - Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 120/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar se empresa em Paraíso/TO causaria danos ambientais.

INVESTIGADO: Empresa Planalto.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins/TO, 15 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 022/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 022/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira - Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 097/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar possíveis danos ambientais decorrentes de podas de árvores em execução de projeto urbanístico de Paraíso/TO.

INVESTIGADO: Município de Paraíso/TO.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins/TO, 16 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 023/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 023/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira - Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 106/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar destinação de área pública em loteamento particular.

INVESTIGADO: Município de Paraíso/TO.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins/TO, 10 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 024/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 024/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira - Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 109/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Inspeção e substituição da caixa d'água da feira cobertura de Paraíso/TO.

INVESTIGADO: Município de Paraíso/TO.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins/TO, 16 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 025/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 025/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira - Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 137/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar negativa do poder público em atender solicitação de exame de ressonância magnética.

INVESTIGADO: Município de Paraíso/TO.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins/TO, 16 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 026/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº : 026/2016

INVESTIGANTE: Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira - Promotora de Justiça titular da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/To.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; 25, IV, alínea "a", da lei 8.625/93; 8º, § 1º, da lei 7.347/85; 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e, demais normas aplicáveis à espécie.

ORIGEM: Notícia de fato nº 145/2015 – 4ª PJ/PSO/TO.

FATO (S) EM APURAÇÃO: Apurar omissão do secretário municipal de saúde de Paraíso/TO em atender requisições da 4ª PJ/PSO/TO.

INVESTIGADO: Município de Paraíso/TO.

LOCAL E DATA DA AUTUAÇÃO: Paraíso do Tocantins/TO, 23 de fevereiro de 2016.

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 001/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional/TO

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório 003/2014

FATOS EM APURAÇÃO: a comercialização de carne suína sem sanidade

INVESTIGADOS: Estabelecimentos comerciais de Porto Nacional que vendem carne suína.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional/TO, 18/02/2016.

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.º: 018/2016-5ª PJP/N

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Notícia de Fato 16/2016, de 02 de fevereiro de 2016

FATOS EM APURAÇÃO: procedimentos que culminaram com a locação de veículos em Ipueiras/TO, durante o ano de 2015, sob a gestão de Hélio Carvalho dos Anjos, e eventuais ilegalidades nas contratações

INVESTIGADO: Hélio Carvalho dos Anjos

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 23 de fevereiro de 2016

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 019/2016-5ª PJPN

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Peças Informativas n. 92/2010, de 27 de agosto de 2010

FATOS EM APURAÇÃO: eventual ocorrência de dano ao patrimônio público em razão dos fatos apontados no Acórdão 546/2009 do TCE/TO, que julgou irregulares as contas do então Prefeito do Município de Monte do Carmo/TO, Sr. Condorcet Cavalcante Filho, referente ao exercício de 2005

INVESTIGADO: Condorcet Cavalcante Filho

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 23 de fevereiro de 2016

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 020/2016-5ª PJPN

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Peças Informativas n. 125/2010, de 16 de novembro de 2010

FATOS EM APURAÇÃO: eventual ocorrência de dano ao patrimônio público em razão dos fatos apontados no Acórdão n. 490/2010 do TCE/TO, referente à gestão de Condorcet Cavalcante Filho à frente do Município de Monte do Carmo/TO

INVESTIGADO: Condorcet Cavalcante Filho

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 23 de fevereiro de 2016

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 021/2016-5ª PJPN

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Processo Administrativo 2012/8913 (45/2012), de 03 de abril de 2012

FATOS EM APURAÇÃO: irregularidades noticiadas no Acórdão n. 415/2011 e nos autos de auditoria de n. 9.616/2006, ambos do TCE/TO, acerca das contas prestadas pelos responsáveis pelo Instituto de Ensino Superior de Porto Nacional – IESPEN, Srs. Marly Luíza Bernardes Rocha, Maria Aurora Pinto Leite, Wagner Romel Bernardes, Thais Ramos Rocha, Antônio Carlos Montandon, Raymundo Aires Filho, Messias Aires da Conceição da Silva e Vera Miranda de Lima Sant'ana, relativas às contas do exercício de 2005,

que tenham causado dano ao patrimônio público

INVESTIGADOS: Marly Luíza Bernardes Rocha, Maria Aurora Pinto Leite, Wagner Romel Bernardes, Thais Ramos Rocha, Antônio Carlos Montandon, Raymundo Aires Filho, Messias Aires da Conceição da Silva e Vera Miranda de Lima Sant'ana

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 23 de fevereiro de 2016

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 22/2016-5ª PJPN

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Denúncia formulada na sede da 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, em 23 de fevereiro de 2016

FATO EM APURAÇÃO: prática de ato de improbidade administrativa na utilização de máquinas e servidores públicos do município de Santa Rita do Tocantins em obra privada pelo prefeito Arthur Caires Maia e pelo Secretário de Administração Dirson Pereira Maia, em benefício da empresa Auto Posto Indaiá II, CNPJ n. 19.404.894/0001-03, bem como a doação de imóvel público onde vem sendo realizada a obra, sem licitação, com violação do princípio da impessoalidade e ilegalidade

INVESTIGADOS: Arthur Caires Maia, Dirson Pereira Maia e empresa Auto Posto Indaiá II (CNPJ n. 19.404.894/0001-03)

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 24 de fevereiro de 2016

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 023/2016-5ª PJPN

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Notícia de Fato 23/2016, de 19 de fevereiro de 2016

FATOS EM APURAÇÃO: eventual ilegalidade que tenha redundado na utilização/alienação de área pública ao lado da UPA – Unidade de Pronto Atendimento, nessa cidade de Porto Nacional, que está sendo oferecida à venda pelo particular Nélio Alves de Almeida

INVESTIGADO: Nélio Alves de Almeida, CPF n. 884.731.201-91

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 29 de fevereiro de 2016

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 024/2016-5ª PJPN

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Acórdão do TCE exarado no processo 7316/2013.

FATOS EM APURAÇÃO: Ocorrência de dano ao patrimônio público e busca ressarcimento do Erário fatos apontados no acórdão do TCE exarado no processo 7316/2013. Notadamente a não execução de objeto do convênio 195/2002 (construção de terminal rodoviário pelo então prefeito de Silvanópolis Paschoal Baylon das Graças Pedreira, no valor de R\$ 30.000,00;

INVESTIGADO: Município de Porto Nacional (TO)

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 01 de março de 2016

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 025/2016-5ª PJP/N

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Peças de Informação n. 29/2014, de 02 de maio de 2014

FATOS EM APURAÇÃO: invasão de área pública situada na Rua Pacífico Inácio de Macedo, Qd. 01, Lt. 17, Setor Cruzeiro do Sul, atrás da Igreja São Judas Tadeu e a inefetividade das providências administrativas realizadas, já que, aparentemente, não redundaram em correção da violação do patrimônio público, sendo necessário, portanto, apurar a ocorrência de falha na ação do Setor de Fiscalização de Posturas

INVESTIGADO: Município de Porto Nacional (TO)

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 29 de fevereiro de 2016

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALMAS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 001/2015

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Almas-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e 9º e 10º da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Mem. 078/2015/DEPGJ

FATO EM APURAÇÃO: possível omissão da ENERGISA em providenciar a instalação da rede de energia elétrica nas localidades rurais contempladas com o Programa Luz para Todos, no Município de Almas-TO.

INVESTIGADO: em apuração.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Almas-TO, 02 de setembro de 2015

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 002/2015

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Almas-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26,

inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e 9º e 10º da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Ofício 136/2007 da Câmara Municipal de Almas

FATO EM APURAÇÃO: eventual dano ao erário decorrente de irregularidades na aplicação de recursos público repassados ao Município de Almas pelo Estado do Tocantins, no ano de 2001 e destinados à construção de casas populares do Programa Casa Nova Dignidade e Saúde.

INVESTIGADO: Osmar Lima Cintra

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Almas-TO, 03 de setembro de 2015

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 003/2015

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Almas-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e 9º e 10º da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Procedimento Administrativo 002/2007

FATO EM APURAÇÃO: ocorrência de fraudes em procedimentos licitatórios, malversação do dinheiro público e enriquecimento ilícito por parte de Adeljon Nepomuceno de Carvalho, prefeito de Porto Alegre do Tocantins-TO, nas gestões 2005-2008.

INVESTIGADO: Adeljon Nepomuceno de Carvalho

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Almas-TO, 15 de setembro de 2015

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 004/2015

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Almas-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e 9º e 10º da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Procedimento Administrativo 001/2004

FATO EM APURAÇÃO: irregularidades no pagamento dos salários dos profissionais de magistério do Município de Porto Alegre do Tocantins e manutenção das escolas públicas municipais, onde consta informação de suposto desvio de verbas advindas do FUNDEF, pelo ex-Prefeito.

INVESTIGADO: Adeljon Nepomuceno de Carvalho

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Almas-TO, 17 de setembro de 2015

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 005/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Almas-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e 9º e 10º da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Processo administrativo 2015/14321.

FATO EM APURAÇÃO: possível venda irregular de bem público imóvel, em desatenção aos requisitos legais, pelo Município de Almas à pessoa de Iris Alves dos Santos, Secretário de Administração, configurando ato de improbidade por enriquecimento ilícito e dano ao erário.

INVESTIGADO: Leonardo Sette Cintra e Iris Alves dos Santos

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Almas-TO, 01 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 005/201500

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Almas-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e 9º e 10º da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Ofício 252/2013 do CAOMA

FATO EM APURAÇÃO: ausência de licença ambiental para o funcionamento do matadouro do Município de Almas, não possuindo estrutura adequada de controle ambiental, com riscos de contaminação do solo e do corpo hídrico.

INVESTIGADO: Em apuração.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Almas-TO, 17 de setembro de 2015

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 006/2015

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Almas-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e 9º e 10º da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Procedimento Administrativo 001/2010.

FATO EM APURAÇÃO: A oferta, qualidade e a segurança do serviço de transporte escolar dos alunos da rede municipal de Almas-TO.

INVESTIGADO: Em apuração.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Almas-TO, 18 de setembro de 2015

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 007/2015

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Almas-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e 9º e 10º da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Ofício 019/2015 da Promotoria de Natividade-TO

FATO EM APURAÇÃO: notícia de que a Associação dos Moradores do Setor Norte, constituída para executar o serviço de radiodifusão comunitária, utilizando-se no nome fantasia de Rádio Comunitária RADICALMAS FM, estaria sendo utilizada irregularmente pelo Sr. Edson Gomes Souza, vereador do Município de Almas/TO, favorecendo seus próprios interesses voltados para fins políticos partidários.

INVESTIGADO: Edson Gomes Souza

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Almas-TO, 19 de setembro de 2015

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou

subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 008/2015

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Almas-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e 9º e 10º da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Procedimento Administrativo 003/2007.

FATO EM APURAÇÃO: suposta existência de funcionários fantasmas vinculados ao Poder Público Municipal de Porto Alegre do Tocantins, durante o exercício de 2008.

INVESTIGADO: Adeljon Nepomuceno de Carvalho.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Almas-TO, 18 de setembro de 2015

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 009/2015

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Almas-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e 9º e 10º da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Processo 8885/2003 do TCE.

FATO EM APURAÇÃO: ato de improbidade administrativa decorrente da não prestação de contas do Município de Porto Alegre do Tocantins-TO, referente ao mês de agosto de 2003.

INVESTIGADO: Adeljon Nepomuceno de Carvalho

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Almas-TO, 18 de setembro de 2015

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 010/2015

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Almas-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e 9º e 10º da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Ofício 141/2010 do CAOMA.

FATO EM APURAÇÃO: Situação do aterro sanitário (lixão) do Município de Almas-TO, em desacordo com as normas ambientais.

INVESTIGADO: Em apuração.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Almas-TO, 22 de setembro de 2015

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 011/2015

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Almas-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e 9º e 10º da Lei 8.429/92.

ORIGEM: ICP 1.36.000.001277/2012-93

FATO EM APURAÇÃO: Irregularidades nas ações de atenção básica a saúde pelo Município de Almas-TO.

INVESTIGADO: Em apuração.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Almas-TO, 08 de outubro de 2015

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 012/2015

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Almas-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e 9º e 10º da Lei 8.429/92.

ORIGEM: ICP 1.36.000.001256/2012-78

FATO EM APURAÇÃO: Irregularidades nas ações de atenção básica a saúde pelo Município de Porto Alegre do Tocantins-TO.

INVESTIGADO: Em apuração.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Almas-TO, 08 de outubro de 2015

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 014/2015

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Almas-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e 9º e 10º da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Relatório de Diligência da Defensoria Pública

FATO EM APURAÇÃO: irregularidades na contratação do ICAP – Instituto de Capacitação, Assessoria e Pesquisa LTDA pela Prefeitura de Almas/TO, para a realização de concurso público para seleção de pessoal, em fevereiro de 2014.

INVESTIGADO: Leonardo Sette Cintra

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Almas-TO, 08 de outubro de 2015

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente procedimento preparatório, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N.º 015/2015

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Almas-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e 9º e 10º da Lei 8.429/92.

ORIGEM: Representação do vereador Edson Gomes.

FATO EM APURAÇÃO: uso indevido de bem público – maquinário do tipo 'tratores patrol', pela empresa Barbosa e Andrade Indústria e Comércio Ltda (tercerizada), durante a execução da obra de ampliação da Subestação de energia, localizada no parque de exposições do Município de Almas.

INVESTIGADO: Leonardo Sette Cintra

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Almas-TO, 17 de setembro de 2015

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE WANDERLÂNDIA**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer

interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º: 008/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Ofício

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar suposta prática de atos administrativos pelo Ex-Prefeito de Piraquê/TO, Sr. João Batista Nepomuceno Sobrinho, que se subsume aos arts. 10, VI e IX e 11, caput, da Lei 8.429/92, consistente na conduta de ter contraído, durante sua gestão, dívidas que originaram na inscrição junto ao órgão de proteção SERASA.

INVESTIGADO(S): Ex-Prefeito Municipal de Piraquê-TO, Sr. João Batista Nepomuceno Sobrinho.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 18/01/2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º: 007/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Wanderlândia/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Ofício

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar situação de sucateamento, desaparecimento de bens, documentos e arquivos de dados públicos supostamente realizados pela gestão do ex-prefeito municipal de Piraquê/TO quando da transição administrativa ao atual Prefeito Municipal.

INVESTIGADO(S): Ex-Prefeito Municipal de Piraquê -TO, Sr. João Batista Nepomuceno Sobrinho.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Wanderlândia/TO, 18/01/2016.

OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**Como entrar em contato?**

Site www.mpto.mp.br;

Telefones (63) 3216-7598 / 3216-7575;

E-mail ouvidoria@mpto.mp.br;

Correspondência enviada para o endereço Quadra 202 Norte, Avenida. LO 4, Conjunto. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, Cep 77.006-218 – Palmas-TO; ou

Presencialmente, na sede do Ministério Público Estadual.